



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2002

### **Dá nova redação ao art. 54 do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias.**

As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º O **caput** do art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, e pela Lei nº 7.986, de 28 de dezembro de 1989, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos e um abono anua, calculado com base no valor da pensão do mês de dezembro de cada ano."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Os seringueiros abrangidos pelo art. 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conhecidos como "soldados da borracha", foram convocados e encaminhados pelo Governo do Presidente Getúlio Vargas para trabalhar nos

seringais da Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 1943.

Esses trabalhadores desempenharam papel estratégico nos projetos políticos do País, à época, em função do acordo firmado com o Governo americano para o fornecimento de grande quantidade de látex para a indústria bélica, a preços baixos.

O Decreto-Lei nº 9.882, de 1946, garantiu aos "soldados da borracha" um plano assistencial em *retribuição aos serviços prestados, o que só efetivou-se com a Constituição de 1988, que lhes concedeu pensão mensal vitalícia, quando carentes, no valor de 2 salários mínimos, estendida aos dependentes, nas mesmas condições, benefício este regulamentado pela Lei nº 7.986, de 1989.*

Nada mais justo conceder a esses seringueiros o abono anual, como é denominado o décimo terceiro salário na legislação previdenciária, considerando que os mesmos apresentam características normais de trabalhadores à época, tendo inclusive celebrado contratos de trabalho junto aos seringalistas.

O inciso VIII do art. 7º da Constituição garante aos trabalhadores urbanos e rurais o direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria. Visando afastar dúvidas em relação à abrangência desse direito, outras disposições constitucionais determinam sua aplicação também aos

servidores públicos civis e militares e aos domésticos. Além disso, o § 6º do art. 201 da Carta estabelece que a gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terão por base o valor dos proventos no mês de dezembro de cada ano.

Observe-se que todos os benefícios especiais concedidos pelo Poder Público – por exemplo, aposentadorias e pensões devidas a anistiados, pagas pelo INSS à conta de Encargos Previdenciários da União – contemplam a concessão do abono anual.

Face ao alcance social da proposta, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2002. –  
**Senador Chico Sartori – Chico Sartori – José Otávio – Wellington Roberto – Fernando Ribeiro – Benício Sampaio – Jonas Pinheiro – Romeu Tuma – Artur da Távola – Romero Jucá – Moreira Mendes – Ari Stadler – Geraldo Athoff – Amir Lando – Reginaldo Duarte – Roberto Saturnino – Mozarildo Cavalcanti – Carlos Patrocínio – Antonio Carlos Valadares – Roberto Freire – Casildo Maldaner – Osmar Dias – Geraldo Cândido – Tião Viana – Roberto Requião – Marina Silva – Emília Fernandes – Gilberto Mestrinho – Renam Calheiros – Fernando Bezerra – Gilvam Borges.**

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
 SUBSECRETARIA DE ATA  
 CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários mínimos.

§ 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo a apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.

**DECRETO-LEI Nº 5.813, DE  
 14 DE SETEMBRO DE 1943**

**Aprova o Acordo relativo ao recrutamento, encaminhamento e colocação de trabalhadores para a Amazônia e dá outras providências.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere a artigo 180 da Constituição, Decreta:

**DECRETO-LEI Nº 9.882, DE  
 16 DE SETEMBRO DE 1946**

**Autoriza a elaboração de um plano de assistência aos trabalhadores da borracha.**

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere a artigo 180 da Constituição, Decreta:

**LEI Nº 7.986, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989**

**Regulamenta a concessão do benefício previsto no artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 7º (\*) São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

Art. 201. (\*) Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a:

§ 6º A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 17 - 05 - 2002